

10. Conclusões

10.1 Introdução

Mesmo não sendo o objectivo primordial, não poderia deixar de referir aqui os antecedentes da ocupação humana nesta região. Com efeito, os muitos levantamentos arqueológicos efectuados não revelaram ocupação humana concreta anterior ao Bronze Final, mas apenas algumas suspeitas. De sul para norte, refira-se a existência de Paleolítico Inferior e Médio, no terraços do Tejo, nas zonas de Constância, Abrantes e Gavião, Paleolítico Superior na zona de Vila Velha do Ródão, enquanto o resto do território não revelou qualquer vestígios dessa ocupação. O Neolítico e o Calcolítico manifestam-se no Vale do Tejo, sendo este último período o que mais “subiu” no território em estudo, através da existência de antas que chegam a Cardigos e um povoado no Maxial (Abrantes, junto ao Codes). O resto do território não apresenta presença comprovada, apenas alguns fragmentos de cerâmica atípicos e um ou outro seixo talhado que se poderia incluir nas “indústrias macrolíticas”, na área de Pedrógão Pequeno/Pedrógão Grande. Esta área estende-se até à Serra da Estrela, pois o levantamento arqueológico de Pampilhosa da Serra, apresenta uma situação muito semelhante à descrita, ou seja, ausência de pré-história e suspeita de uma ou outra peça neo-calcolítica (Batata et al., 1994).

Parece ter sido durante o Bronze Final que se dá a conquista deste território, com a instalação de vários povoados, quase sempre fortificados. Para a não existência de Paleolítico, a explicação talvez se possa procurar nos efeitos da glaciação de Wurm. Com efeito, segundo os geólogos, só esta última glaciação atingiu a Serra da Estrela, atingindo o glaciar os 1600 m, com algumas línguas de gelo nos vales dos grandes rios (Mondego e Zêzere) (Daveau et al., 1997, p. 41-51). Uma boa parte das serras que o rodeiam devem ter tido neves perpétuas (Cabeço Rainho, Muradal, Lousã, Gardunha). Estaríamos numa zona periglacial, onde as condições de vida seriam muito difíceis. A ocupação paleolítica dar-se-ia em zonas mais temperadas, mas muito frias, como é o caso do Vale do Tejo ou do Vale do Nabão, onde estas ocupações estão bem presentes e caracterizadas.

Com o degelo e com a entrada no Holoceno, aquelas serras e vales não deveriam ser muito propícias para a instalação de comunidades neolíticas, pois os solos deveriam estar cobertos de rañas e zonas cascalhentas e desnudas, onde seria muito difícil sobreviver. Durante o Calcolítico, devem-se ter formado alguns solos esqueléticos, como ainda hoje são e algumas zonas de nateiro nos vales encaixados dos grandes rios. A ascensão no território de algumas comunidades calcolíticas vindas do sul (Alentejo), talvez se prenda não tanto com a agricultura ou a caça ou o pastoreio, mas talvez com a procura de metais. Este só poderia ser o ouro de aluvião, mais fácil de minerar, dado que o cobre é quase inexistente. Começa nesta altura a associação de povoados ou antas, com explorações mineiras de terraços fluviais, como parece ser o caso do povoado calcolítico do Maxial (Abrantes), situado perto de uma conheira e a zona de Chã da Conheira (Tomar), associada a cerâmicas pré-históricas e a um conjunto de várias antas, ambos junto ao Zêzere, e o povoado do Castelo Velho do Caratão (Mação), onde foram encontradas alabardas de sílex e machados de anfíbolite, tendo também conheiras muito perto.

10.2 Bronze Final

Embora não seja, de maneira nenhuma, o objecto principal desta tese, não poderíamos deixar de falar nas populações do Bronze Final, pois, para além de constituírem uma marca importante na faixa de território que nos propusemos estudar, as características dos seus povoados parecem ser os antecedentes dos castros fortificados que se desenvolvem durante a Idade do Ferro.

Como já foi referido, não parecem estas populações serem a evolução de culturas anteriores, por terem fraca expressão na região. Com efeito, é rara a existência de povoados calcolíticos na região e mesmo nos subperíodos que se seguem (Bronze Inicial e Médio), pouco ou nada há a dizer. Nos povoados do Bronze Final, quer escavados ou não, é rara a existência de materiais destes dois subperíodos, aguardando-se que as datações de carbono ¹⁴ dos materiais orgânicos encontrados no povoado de Nossa Senhora dos Milagres possam trazer alguma luz, pois foram localizadas aí duas ocupações, provisoriamente datadas do Bronze Final, podendo uma delas recuar até ao Bronze Médio.

A exploração de metais nesta região surge como uma questão oportuna, por dois factores.

Em primeiro lugar, como já foi referido, as condições geológicas e geográficas não parecem ser muito propícias à instalação de populações indígenas por estas paragens, tendo por base económica a agricultura. Por outro lado, é conhecida a apetência por metais nobres e não só, pelas populações do Bronze Final. Domergue refere que é no Bronze Final que o ouro aparece em abundância, como o provam os inúmeros tesouros datados deste período (Domergue, 1990, p. 100).

O Calcolítico conheceu uma forma incipiente da utilização do cobre, que é um mineral praticamente inexistente na região. Encontra-se em pequenas percentagens nas Minas da Panasqueira (Covilhã) associado ao volfrâmio, mas não há provas que tenha sido explorado na proto-história da área em estudo. O forte da região seria a exploração do ouro aluvionar, embora também existisse bastante estanho. O cobre em falta poderia ser adquirido trocando-o pelo ouro e pelo estanho.

Poderíamos ser tentados a explicar a ausência de povoamento anterior à Idade do Bronze, através das teorias difusionista e evolucionista. Não se enquadrando a região numa perspectiva evolucionista, pela ausência de povoamento anterior, poderíamos supor que os povoadores destes castros seriam populações exógenas que se teriam instalado nas margens do Zêzere, Tejo e principais ribeiras do concelho de Mação.

Poderíamos aplicar as mesmas teorias, numa perspectiva de economia metalúrgica. A intensificação da exploração de metais poderia ter sido fortemente influenciada por povos mediterrânicos ou ser uma evolução intrínseca destas populações. O mesmo tipo de teorias havia já sido formulado para a metalurgia do cobre (Arribas et al., 1989, p. 71; Delibes de Castro et al., 1997, p. 19-28).

Mas de onde teriam vindo as populações do Bronze Final? Do Sul? Do Noroeste? Da Estremadura? O estado de conhecimentos não permite tirar grandes ilações. A cerâmica encontra paralelos em quase todo o país, especialmente a cerâmica de ornatos brunidos tipo Lapa do Fumo/Alpiarça e a incisa tipo Santa Luzia/Baiões. Os metais têm afinidades com a área atlântica. Para o final do Bronze Final, alguns *itens* (contas oculadas, contas de vidro e de marfim) denotam influência fenícia. Parece estar a região situada numa área que sofria influências quer atlânticas quer mediterrânicas.

Como se viu no Capítulo III, quase todos os povoados apresentam amuralhamentos. Muitos parecem apresentar duas linhas de muralhas, funcionando uma (a que está mais pró-

xima do topo) como “acrópole”, se tivermos em conta as áreas reduzidas que apresentam. Esta situação observa-se nos povoados do Cerro do Castelo, Castelo do Santo, provavelmente em Santa Maria Madalena e São Pedro do Castro. São como as restantes muralhas (segunda linha) geralmente de forma circular. A sua evolução poder-se-ia ter feito no sentido de uma acrópole rectangular, como parece ser o caso de São Miguel da Amêndoa, datado pelos seus investigadores (Jalhay, Calado Rodrigues, Thomas e Amélia Bubner), do período entre 500 e 300 a.C. A existência de redutos deste tipo está em consonância com a ideia generalizada da existência de elites neste período detentoras do controlo da produção de metais e controlo das rotas de comércio e a emergência de centralização do poder por parte de algumas elites (Fabião, 1993, p. 90-92).

O início da Cultura Castreja parece iniciar-se no Bronze Final. Para Armando Coelho Ferreira da Silva, esta inicia-se por volta de 900 a.C. (Silva, 1986, p. 35), enquanto para Manuela Martins, o seu início remonta aos séculos X/IX (Martins, 1990). Para Jorge Alarcão, o amuralhamento inicia-se no século X (Alarcão, 1992, p. 44) e no período anterior só existiriam casais (1996, p. 15). Também de opinião de que o amuralhamento começa no século X é Carlos Fabião (1993, p. 77-120) embora admita a existência contemporânea de povoados fortificados e povoados abertos (agrícolas), estes dependentes dos primeiros. Ora, na maior parte desta região só se verificam povoados fortificados com excepção de alguns casais agrícolas junto ao Tejo. No actual estado de conhecimentos é difícil comprovar a relação entre eles e os povoados fortificados dos quais dependeriam. São poucos os casais conhecidos e menos os estudados (apenas na Pedreira) e não existe na área nenhum povoado fortificado ao qual se pudesse atribuir a dependência.

No que concerne à região em estudo, é provável que os amuralhamentos começassem mais cedo. Esta nossa suspeita, não deriva das datações de radiocarbono, pelo menos, directamente. Foram recolhidos carvões suficientes nos castros de Nossa Senhora da Confiança e Nossa Senhora dos Milagres que permitiriam datar as muralhas. Porém, a falta de apoio à investigação não tem permitido obter essas datações. A prova indirecta de que as muralhas poderão ser mais antigas reside no facto de as duas datações de radiocarbono obtidas no castro do Cerro do Castelo (Batata et al., 2000a, p. 69) datarem as cerâmicas típicas do Bronze Final, do intervalo entre 1310 e 821 a.C.

Os materiais recolhidos nas escavações que vimos desenvolvendo na região apontam para a existência de duas fases dentro do Bronze Final, na esteira do que João Luís Cardoso aponta para o Bronze Final do Baixo Tejo (Cardoso, 1995, p. 39-40), onde a um Bronze Final I corresponderia o período compreendido entre os séculos XIV/XIII e XI e o Bronze Final II, compreendido entre o século XI e o VIII a.C. Ao primeiro corresponderia cerâmica sem ornatos brunidos, enquanto à segunda corresponderia cerâmica desse tipo, de influência mediterrânica.

As estruturas habitacionais até agora reconhecidas nos castros do Castelo Velho do Caratão, Nossa Senhora da Confiança e Nossa Senhora dos Milagres, não varia muito do que é conhecido nos outros pontos do país. Trata-se efectivamente de casas elípticas ou circulares, construídas em barro. Aqui reside a primeira diferença em relação ao Noroeste português, pois aí a casa do Bronze Final evolui para a casa redonda típica das cidades do Norte, enquanto na região em estudo a mesma parece evoluir para a casa rectangular, aproximando-a mais da influência mediterrânica. O único exemplo que não deixa dúvidas verifica-se no castro de Nossa Senhora dos Milagres, onde a uma típica casa elíptica associada a cerâmicas de ornatos brunidos do Bronze Final se sobrepõe uma casa rectangular, com espólio cerâmico e metálico que já apresenta algumas diferenças em relação ao período anterior, entre os quais se contam as tais contas de vidro fenícias.

No que toca à sua organização social, para além dos aspectos focados relacionados com os amuralhamentos dos povoados, são poucos os materiais que determinam a existência de

sinais de riqueza e conseqüentemente, a emergência de elites. A falta de necrópoles mais contribui para esta indefinição. Não se detectaram até ao momento necrópoles de cistas ou em forma de recintos tumulares, nem quaisquer outros espaços de carácter funerário. A sua ausência poderia ser explicada pelo tipo de sepulturas. Talvez se trate de sepulturas em covachos ou poços sepulcrais (Fabião, 1993, p. 88), como acontece no Noroeste, na periferia dos povoados, daí a dificuldade na sua localização. O facto de a região ser densamente florestada, com uma cobertura arbustiva densa, também contribui para a dificuldade em localizar as necrópoles dos povoados.

A intensa fortificação dos povoados de altura pode efectivamente prender-se com o carácter economicista ou comercial dos seus habitantes. Diversos autores fizeram notar que os povoados abertos ou agrícolas parecem pertencer a populações pouco armadas e pouco conflituosas. As cerâmicas são iguais nos dois tipos de povoamento. Por outro lado, à fortificação dos povoados parece corresponder maior número de armas, o que denuncia uma certa conflitualidade. Susana Oliveira Jorge põe a tónica no aumento da produção de bens, o que levaria a disputas e tensões entre as diversas regiões ou, quiçá, entre diversos povoados ou centros de poder (Jorge, 1990, p. 249-251). Na região em estudo a fortificação dos povoados só se pode explicar pela defesa das explorações mineiras, certamente uma actividade que mais prestígio e poder social daria. Poder-se-á pensar em sociedades belicistas? De que outra maneira se poderia explicar a fortificação destes povoados, numa região francamente mineira? Na área da Beira Baixa, os povoados apresentam, pelo contrário, fraca defensibilidade e pequena dimensão, com cerâmicas e objectos metálicos muito semelhantes (Vilaça, 1995, p. 422-423). É apontado pela investigadora a instalação desta populações no cimo dos cabeços por volta do século XIII a.C. (Alarcão, 1996, p. 17), embora sem estruturas de defesa.

Poder-se-ia ter traçado os territórios de 30, 60 e 120 m de cada povoado para verificar se os territórios colidiam entre si, de forma a demonstrar a conflitualidade baseada em outros factores económicos que não os ligados à mineração. Num rápido olhar à Fig. 2 verifica-se que se encontram tão distantes entre si que o espaço territorial não poderia ser uma das causas de conflitualidade.

10.3 I Idade do Ferro

Dois povoados apresentam estruturas que podem ser integradas neste período. O Castelo Velho do Caratão revelou estruturas circulares do Bronze Final, a que se sobrepõem estruturas rectilíneas que parecem ser bastante frustres e primitivas, estando muito longe dos muros aparelhados da II Idade do Ferro. As plantas não são muito legíveis, nem os autores fazem uma distinção clara dos períodos a que pertencem ambas as estruturas (Bubner et al., 1983, 1984). As estruturas elípticas, com cerâmicas e machados de aselhas associados, não deixam dúvidas quanto ao seu período. Por cima, sobrepõem-se estruturas que deverão pertencer à I Idade do Ferro, o que é corroborado pelos materiais exumados.

A situação melhor documentada provém das campanhas de escavações do castro de Nossa Senhora dos Milagres, com já foi referido. Os muros rectilíneos são bastante frustres para serem muros de altura e bem poderiam ser bases de muros, construídos depois em altura com terra ou taipa, como foi verificado no Baixo Tejo (Cardoso, 1995, p. 60) e em escavações no Baixo Alentejo (Fabião, 1993, p. 131). Uma semelhança interessante relativa a essas zonas é que aparecem materiais fenícios ou com eles relacionados que não deixam grandes dúvidas sobre a sua datação (Cardoso, 1995, p. 47-52).

O caso de Neves II apresenta uma semelhança muito grande com o que se passa em Nossa Senhora dos Milagres, com a existência de casas ovaladas com lareira e cerâmicas do Bronze Final, a que se sobrepõem, em aparente ruptura, casas rectangulares da I Idade do Ferro com cerâmicas que se distinguem do período anterior.

Parece poder-se documentar assim influências continentais para Nossa Senhora dos Milagres nesta fase, pois as cerâmicas de torno lento e perfis em S, com pastas diferentes, estão em consonância com as características que Armando Coelho apresenta para as cerâmicas de procedência euro-asiática e centro-europeia (Silva, 1990, p. 274-275). Já no que toca à cerâmica estampilhada, o seu aparecimento não se verificou ainda, o que não significa que não exista. Em toda a área de estudo apenas se conhece um fragmento do Cabeço das Mós e um fragmento de superfície de São Miguel da Amêndoa. Perto desta área, a ocidente, a zona urbana de *Seilium* revelou por baixo do *Forum* grande quantidade e variedade de estampilhas. O nordeste alentejano também está bem representado em motivos geométricos hallstáticos.

Como já foi referido, na região em estudo, os materiais, embora marcando alguma diferença dos do Bronze Final, não revelaram grande influência fenícia, com excepção de alguns *itens*, mais parecendo ter tido uma forte influência continental. Documenta-se, pela primeira vez, comércio fenício bem no centro de Portugal. Também na zona do Tejo, mais propriamente na Pedreira, apareceu uma conta oculada de tradição fenícia. Estes dois locais representam a presença de comércio fenício ao longo do rio Tejo e do Zêzere, bem no interior, provavelmente na área de influência da colónia fenícia de Santarém (Silva, 1990, p. 271; Arruda, 2002, p. 30).

No que toca a povoados abertos ou situados em zonas de encosta ou planícies, não se documentou na área nenhuma estrutura deste tipo, nem se verificam contextos como os que são referidos por Armando Coelho para a zona sul, Estremadura e Ribatejo (Silva, 1990, p. 273 e 287), ou seja, os povoados desta área são na sua maior parte fortificados e não se verifica ocupação de períodos anteriores ao Bronze Final.

Tal como para o Bronze Final, é total o desconhecimento sobre o modo de enterrar os mortos. Não se conhecem campos de urnas nem qualquer tipo de enterramento associável a esta época. A explicação mais plausível será a falta de prospecção sistemática em volta dos povoados e as pequenas áreas escavadas nos que até à data sofreram intervenções arqueológicas. A necrópole que se situa mais próxima é a de *Seilium*, cujas características se aproximam dos enterramentos em urna.

Não se poderia terminar esta “conclusão” sobre a I Idade do Ferro sem referir os povos que aqui teriam habitado. Parece ser consensual entre os investigadores atribuir a zona centro do país ao povo dos *Lusis* ou *Lysis* que teriam dado origem aos Lusitanos. Também parece ser mais ou menos consensual que os *Lusis* poderiam ser povos do Bronze Final, linguística e culturalmente de origem indo-europeia e pré-céltica (Silva, 1990, p. 266; Fabião, 1993, p. 156), os quais viriam mais tarde a sofrer influências hallstáticas e mediterrânicas ao longo dos séculos VIII e VII. De acordo com as teorias do amuralhamento dos povoados do Bronze Final, eles teriam aqui chegado por volta do século X a.C. De acordo com os dados revelados no povoado fortificado de Nossa Senhora dos Milagres, onde detectamos duas fases de ocupação do Bronze Final, a primeira das quais poderia ter começado por volta do século XIII a.C., a chegada desses povos indo-europeus poderia ter acontecido nesta altura.

Essa origem centro-europeia poderia responder à minha pergunta tantas vezes formulada nesta tese. Se os povoados do Bronze Final da região em estudo não têm ocupação anterior nem parecem ser a continuação de uma origem local ou regional, parecendo antes terem sido construídos e muralhados por volta do século XIII a.C. e terem origem exógena, não poderiam ser povos indo-europeus que para aqui se tivessem deslocado?

No que toca a influências gregas, púnicas e cartaginesas, não foram rastreados na zona materiais que pudessem dar indícios da sua presença. Quer isto dizer que todo o período que medeia entre o século VI e o século II a.C. (primeiros contactos com os Romanos) é um espaço em branco sobre o qual não há qualquer informação. Corresponderia ao período que Jorge de Alarcão (1992a, p. 53-55) define como “involução” e “desaparecimento da integração política”.

O único povoado que poderia dar pistas sobre este período (São Miguel da Amêndoa), datado por Eugénio Jalhay do período entre 500 e 300 a.C., apresenta, infelizmente, demasiadas anacronias quer em termos de cerâmicas quer em termos de estruturas, sendo hoje difícil a sua caracterização, apesar das numerosas intervenções arqueológicas que sofreu. Materiais de escavações antigas com etiquetas perdidas, cerâmicas datadas da Idade do Ferro que são afinal cerâmicas do Baixo Império Romano ou mesmo visigóticas (cf. Capítulo IV). O problema só poderá ser resolvido com novas campanhas arqueológicas, conduzidas de acordo com estas novas perspectivas e não tendo por premissa certa a sua origem na Idade do Ferro.

O Bronze Final/I Idade do Ferro está representado por 13 povoados de altura fortificados, 3 povoados abertos de altura, 5 *habitats* abertos de dimensões indefinidas, 1 *habitat* indeterminado, 1 depósito de fundidor, 1 achado isolado e 4 sítios com arte rupestre. Segundo os cálculos de população efectuados por Esparza Arroyo (1987, p. 240), poderíamos ter nesta época uma taxa de ocupação de 200 pessoas/hectare, o que daria uma população de cerca de 6 000 pessoas, representando uma ocupação do espaço de 2,6 pessoas/km².

Segundo Renfrew, que utiliza uma *ratio* de 300 habitantes/hectare (Alarcão, 1992a, p. 46) a população da área em estudo seria de 9900 pessoas e logo, cerca de 4 pessoas por km², o que nos parece uma taxa de ocupação muito elevada.

Outros cálculos se poderiam efectuar, nomeadamente calculando a área coberta em cada povoado, mas as reduzidas áreas escavadas inviabilizam estudos desta natureza.

10.4 II Idade do Ferro

A II Idade do Ferro prende-se directamente com os primeiros contactos com a Civilização Romana e vai-se manter durante alguns séculos. Na maior parte dos casos até finais do século I d.C., embora São Pedro do Castro registre um caso anormal de sobrevivência, pelo menos até ao século III d.C., atestado pela presença de inscrições romanas. Tal não quer dizer que a sua ocupação não se tenha mantido até mais tarde.

No cômputo geral, as informações de que dispomos sobre a II Idade do Ferro na área em estudo são bastante escassas. Apesar de se terem efectuado escavações arqueológicas em São Miguel da Amêndoa, a informação que daí se pôde retirar é hoje de difícil análise.

Constatamos que estamos melhor informados sobre a Idade do Bronze Final. A isso não será alheio o facto de nos últimos anos se terem realizado várias campanhas de escavações em povoados da região que revelaram dados importantes para a caracterização da sua cultura.

Em termos gerais, a tendência de ocupação do espaço físico da área não se alterou substancialmente em relação ao que se passava anteriormente. Com efeito, um bom número de povoados do Bronze Final continuou a ser ocupado durante este período. Manteve-se igualmente a tendência para a sua fortificação, embora apareçam, especialmente junto ao Tejo, alguns povoados abertos ou casais agrícolas aos quais, em muitos dos casos, se veio sobrepôr o romano.

Nota-se, efectivamente, alguma mudança no tipo de muralhas. A sua tendência geral agora é para serem menos espessas que as do Bronze Final e por outro lado terem tendência para aumentarem em número de linhas.

O tipo de habitação, como se pode observar em São Miguel da Amêndoa e se suspeita em outros povoados, é constituído pela casa quadrangular ou rectangular, denunciando uma forte influência mediterrânica.

Em relação à sua cultura material, os materiais são parcos e banais. Trata-se, na maior parte dos casos, de achados e de recolhas superficiais, constando de cerâmicas torneadas de perfil em S, com bordo extrovertido muito enrolado, de grandes e médias vasilhas de armazenamento. Para além destes, ressaltam na área em estudo um conjunto de objectos líticos em pedra, de forma paralelepipedica ou redonda denominados “bastões de comando”, cujas funções permanecem desconhecidas e para os quais não há paralelos em outras regiões quer nacionais quer europeias.

Muitas são as funções atribuídas a este tipo de objectos. Para uns são bastões de comando (Pereira, 1970, p. 302), para outros distintivos de escravatura (Pereira, 1912, p. 273). A segunda hipótese parece-me descabida pois o peso destes bastões não era muito prático para essas funções, nem apresentam nenhuma perfuração para o efeito. Para além disso, o número de exemplares encontrados é restrito para tão grande número de escravos. Como bastão de comando, a ideia já se aproxima mais do que poderiam ter sido as suas funções. Na realidade, os bastões são em escasso número e deveriam ter uma função especializada.

Em minha opinião poderia ser um símbolo de poder tribal ou comunitário, no qual seriam agregadas as funções de chefia e de sacralização. Com efeito, parece apresentar algumas semelhanças com o *volumen* que os *lictors* usavam nos desfiles romanos, o qual parece ter uma simbologia parecida. Estes objectos poderiam provir de uma simbologia comum da Idade do Ferro, tendo entre os Lusitanos assumido a forma de um bastão de pedra com 50 cm de comprimento e entre os Romanos uma forma mais elaborada mas igualmente pesada, geralmente em bronze. Outra hipótese é que os chefes ou chefe de uma determinada comunidade os usassem como símbolo do poder civil e religioso, numa imitação *sui generis* do poder do Senado Romano. O que é certo é que parecem aparecer em locais já com uma certa dimensão, tipo aldeia ou *vicus* (Pedreira, Mouriscas, Vale do Grou e Quinta do Ribeiro da Nata) (60%), a que se podem juntar os provenientes de Conimbriga (15%), sendo que dois provêm de locais dos quais não temos qualquer informação (Herdade do Braga (Fronteira) e Areias (Ferreira do Zêzere)).

Não poderíamos deixar de lado um conjunto importante de epígrafes romanas, com uma grande percentagem de antropónimos lusitanos que nos falam da *facies* indígena da região, a qual se vai manter em muitos aspectos durante o período romano. Mas disso falaremos no capítulo respeitante ao Romano.

A mais importante destas inscrições, quer pelo seu carácter inédito ou pouco usual, quer pela realidade geográfica onde se encontra, é o conjunto de inscrições rupestres inscritas sobre símbolos anteriores datados do período entre a Idade do Bronze e a do Ferro. A presença de uma suástica no meio da fórmula não é muito frequente, sendo a própria inscrição de difícil leitura e com caracteres latinos e outros que parecem ser mais arcaicos. A suástica é frequente no mundo romano, mas também na Idade do Ferro, aparecendo frequentemente em panças de cerâmicas típicas deste período. Porém, também é um símbolo cuja anterioridade está atestada desde os séculos IX/X a.C.

Os painéis com arte rupestre encontram-se bastante próximos uns dos outros, bem no centro da área em estudo. O denominador comum é a falta de estações arqueológicas a que possam ser associados. Comparando com a zona da arte rupestre do Tejo, verifica-se que

existem vários povoados nas imediações das rochas gravadas (Caninas et al., 1987, p. 26), mas estes são principalmente pré-históricos como, aliás, a maior parte dos painéis gravados.

A situação geográfica de todos os painéis, cruzada com dados obtidos sobre a circulação de pessoas, diz-nos que se situam todos próximos de vias, quer as entendamos como romanas ou anteriores. Os painéis percutidos estão datados como sendo provavelmente do Bronze Final e os incisos como sendo da Idade do Ferro. Assim sendo, a via que passa no festo da Serra do Cabeço Rainho, muito próxima das gravuras e referida em documentos do século XII, poderá ter uma idade estimada em cerca de 3000 anos?

Apesar de termos prospectado alguns dos cabeços que rodeiam as gravuras e termos inquirido as populações das aldeias vizinhas, não foram detectados povoados. Reconhecemos que é preciso prospectar melhor a zona que é muito vasta e densamente coberta com mata-gal. Comparando com a situação dos povoados da área do Tejo, poderá ser encontrado algum num raio de 2 km.

A II Idade do Ferro está representada por nove povoados de altura fortificados, muitos dos quais já tinham ocupação no Bronze Final, dois povoados abertos de altura, três habitats abertos de dimensões indefinidas sob aldeias romanas, um sob uma *villa*, um sob um casal, dois achados isolados em antas e quatro sítios com arte rupestre. Segundo os cálculos de população efectuados por Esparza Arroyo (1987, p. 240), poderíamos ter nesta época uma população de cerca de 4200 pessoas, representando uma ocupação do espaço de 1,7 pessoas/km². Não foram tidas em conta estações romanas onde a única referência à Idade do Ferro é a existência de uma ou mais inscrições romanas com antropónimos indígenas e bastões de comando que poderão aumentar significativamente estes números. De qualquer das formas, nota-se um decréscimo populacional em relação à Idade do Bronze.

O povoado de São Miguel da Amêndoa, porque foi escavado e se definiu a planta de uma grande parte das suas habitações, dá para efectuar alguns cálculos sobre a sua população. Assim, segundo Renfrew, com a *ratio* de 300 habitantes/hectare, o povoado que tem cerca de 0,5 ha, teria cerca de 150 habitantes (Alarcão, 1992a, p. 46-47). Se aplicarmos a *ratio* de Hill (Alarcão, 1992a, p. 46), ou seja, 1 habitante por cada 4,5 m² de área coberta, teríamos uma população com cerca de 280 indivíduos. Se descontarmos as casas só com um compartimento que poderiam ser interpretadas como celeiros ou arrumos, a população poderia rondar os 170 indivíduos ou mesmo os 150 de Renfrew, se não mesmo os 100 de Esparza Arroyo. Porém, a população do castro poderia ser um pouco mais elevada, pois como já foi referido por diversas vezes, existem casas no lado este do povoado que não foram escavadas.

A exploração de um território em volta do castro para alimentar essa população não colidiria com o território de exploração de outros castros, pois os mais próximos estão a vários quilómetros de distância.

Como pudemos verificar, o problema da localização e caracterização das necrópoles mantém-se em aberto, tal como para os períodos anteriores.

10.5 Época romana

Este período engloba uma boa parte das estações arqueológicas do catálogo, as quais representam cerca de 60% correspondentes a 154 fichas.

A tipologia de estações arqueológicas romanas reparte-se por diversas categorias de fichas a saber:

- 2,5% (4) corresponde a estações indeterminadas em que, apesar da batida de campo efectuada, não se conseguiu obter nenhum esclarecimento, apesar da bibliografia as citar como romanas;
- 0,5% (1) corresponde a um provável porto fluvial; o estado alterado do local, devido à extracção de areias no Tejo, não permite tirar grandes ilações;
- 0,5% (1) em fichas corresponde a um forno romano, apesar de existirem mais dois fornos, que não foram catalogados à parte mas sim inseridos numa estação tipo granja e outro numa tipo aldeia, o que fazendo o desdobramento das fichas daria cerca de 2%;
- 0,5% (1) corresponde a uma barragem seminatural com um muro de coroamento tipicamente romano;
- 0,5% (1) corresponde a um povoado mineiro; fazendo o desdobramento das fichas obteríamos mais dois povoados que estão inseridos em fichas sobre minas perfazendo cerca de 2%;
- 0,5% (1) corresponde aos sulcos de uma via considerada romana;
- 0,5% (1) corresponde a local de arte rupestre com inscrições romanas;
- 2% (3) corresponde a estações que poderão ser consideradas como *mutationes* ou *mansiones*;
- 6,5% (10) corresponde a achados isolados, nomeadamente uma mó romana (dormente), um pilão de granito, base de coluna em granito, um apoio de fuso em quartzito, uma moeda e cinco inscrições romanas;
- 3% (5) corresponde a pontes; uma delas é uma ponte-represa, em duas subsiste a dúvida se serão romanas e outras duas são genuínas. Para além destas foram examinadas muitas mais, especialmente as que existem no concelho de Mação e que, apesar de estarem classificadas como romanas, foram por nós rejeitadas por se considerar pouco terem de romano, nem se situarem em locais de provável passagem de uma via;
- 3% (5) corresponde a *villae* romanas, existentes apenas junto ao rio Tejo ou nas suas imediações. O critério para diferenciar uma vila de uma granja pelo tamanho da dispersão dos vestígios não parece poder aplicar-se aqui pois o que se verifica é que existem vilas com diferentes tamanhos; a maior parte (3) tem tamanho entre 2500 e 3000 m², uma não se consegue calcular o tamanho pois se situa dentro de propriedades muradas e uma tem 2 ha;
- 4,5% (7) corresponde a necrópoles, dentro das quais duas não se conseguiram confirmar no terreno e uma é medieval; se efectuarmos o desdobramento das fichas e a estas acrescentarmos seis que estão fichadas em conjunto com outro tipo de estações teríamos cerca de 8%; destas seis três são de época visigótica;
- 4% (6) corresponde a estações tipo aldeia com casas espalhadas mas suficientemente próximas para poderem ser consideradas um aglomerado; mais uma vez não parece poder aplicar-se exclusivamente o critério da área de dispersão dos vestígios para as classificar, pois os tamanhos medidos variam entre os 0,6, 1, 1,5 e 2 ha (três estações). O critério adoptado estabeleceu-se em três factores observados no terreno: casas espalhadas mas suficientemente próximas para poderem ser consideradas um aglomerado; sua implantação em terreno ondulado, frequentemente separados por linhas de água; carácter eminentemente rural das populações com uma grande percentagem de indígenas romanizados.
- 5% (8) corresponde a *aedificia*, ou seja, pequenas unidades entre os 5 e os 50 m², de uma maneira geral muitos pobres em vestígios materiais. Sete (7) podem enquadrar-se no período Alto e Baixo Império e um em época tardo-romana/visigótica; dos sete sítios quatro podem ser dependências de estruturas mais vastas tipo vila, mas os outros quatro parecem estar isolados;

- 4% (6) são achados monetários que se repartem em tesouros monetários republicanos (3) e três tesouros do século III d.C. Feito o desdobramento das fichas contaríamos com mais 2 tesouros romanos, um republicano e outro do qual não se sabe a sua cronologia, o que representaria 5% do total;
- 8% (12) corresponde a minas quer de filão quer mineradas ao ar livre onde foram encontrados materiais romanos;
- 9% (14) corresponde a povoados, dez dos quais fortificados, onde se verificou a presença de materiais ou influências romanas; destes, sete têm uma longa sobrevivência desde o Bronze Final, o que representa cerca de 70%;
- 9% (14) corresponde a estruturas que designámos como granjas, mas mais uma vez o critério da sua designação pelo tamanho da área de dispersão dos vestígios não parece ser suficiente para explicar a existência de estruturas pobres que muitas das vezes são superiores em tamanho às vilas; destas, 12 parecem enquadrar-se no período alto e baixo império e duas têm também ocupação visigótica. As dimensões das primeiras variam entre os 500, os 1000 e 2500 m² e 1 ha; as que têm ocupação visigótica têm 3500 e 5000 m²;
- 36% (55) são estações que considerámos como sendo casais. Destes, 29 considerámos serem do período alto e baixo império, 25 do período tardo-romano/visigótico e dois de época visigótica. Os tamanhos em todos os períodos variam muito: assim, para os primeiros, a dispersão dos vestígios rondam entre os 100 e os 500 m², os segundos, entre os 25 e os 500 m² e os terceiros entre os 25 e os 100 m².

Os critérios adoptados foram o tamanho da dispersão dos vestígios do solo aliado à pobreza geral dos materiais achados. Se para o primeiro período (alto e baixo império), ainda se encontram régulas e alguma cerâmica com frequência, no segundo período (tardo-romano/visigótico), já quase só se encontram *imbrices* e rara cerâmica, sendo predominante, na que se encontra, a presença de *dolia*; esta tendência mantêm-se com o visigótico mas aparecem agora as dedadas como decoração e os perfis em S, em peças frequentemente de feitura manual.

São escassos os dados sobre o período republicano, ou seja, o período em que começaram os primeiros contactos dos romanos com os indígenas quer fosse por via pacífica (comerciantes) quer fosse de forma violenta (confronto com os exércitos romanos).

Como vimos, uma boa parte dos povoados fortificados receberam neste período a influência romana que se manifesta das formas mais variadas. Tijoleiras e *imbrices* em Santa Maria Madalena, uma inscrição e provavelmente um pequeno templo em Nossa Senhora da Confiança, alguns *imbrices* e *sigillatae* em Nossa Senhora dos Milagres, *imbrices* e um denário em Dornes, uma estátua e uma árula no Castelo de Abrantes, diversos materiais romanos no Cabeço das Mós e ânforas republicanas sob a *villa* do Olival Comprido. Dois outros povoados apresentam situações extremas e opostas: São Miguel da Amêndoa, com uma *villa* ou *mutatio* romana no sopé, pelas contingências já referidas, não nos deixa ter uma visão clara sobre o que aí se passou neste período e São Pedro do Castro que, apesar de à superfície não se terem achado materiais deste período, tem uma longa sobrevivência até ao século III d.C., pelo menos.

Os tesouros monetários, apesar de poucos, dão alguns indícios quer da passagem ou permanência de romanos nesta paragens no século I a.C. Quanto à sua associação com vias romanas, os dados obtidos no terreno parecem confirmar isso (cf. Capítulo VIII).

10.6 Eixos viários

O estudo das vias romanas na área, embora de uma forma incipiente, vem preencher uma lacuna que se verificava no traçado das vias romanas do território português. Com efeito, o mais recente mapa das vias romanas, elaborado por Vasco Mantas, apresenta nesta zona uma vasta área sem qualquer vestígio. *Deficit* de investigação com certeza, pois os vestígios são bastante plausíveis.

Se pensarmos que a região entre o Zêzere, o Tejo e o Ocreza se encontra no centro de uma das maiores concentrações de cidades romanas do país, não poderiam deixar de existir diversos caminhos ou vias ligando estas cidades. Se pensarmos que os romanos e antes deles, os povos da Idade do Ferro, procuravam estabelecer o caminho mais curto para ligar dois pontos, pois isso obedece a razões orgânicas do próprio ser humano: despende o mínimo de energia numa caminhada, procurando atingir o objectivo o mais rapidamente possível. Apesar da sinuosidade das estradas detectadas, a sua tendência geral é a rectilini-dade. E ela não é sequer afectada por obstáculos que desaconselhariam qualquer um a tentar ultrapassá-los. A passagem do Zêzere no Cabril é um exemplo eloquente: com efeito, trata-se de um enorme desfiladeiro que foi preciso vencer recorrendo a uma estrada cons-truída com parapeitos e imensas “voltinhas” numa extensão de alguns quilómetros para tornar a ligação entre *Conimbriga* e Mérida, por exemplo, o mais curta possível. Certamente que já existiriam razões históricas para isso. A forte presença humana nessa passagem desde o Bronze Final condicionou e forçou possivelmente a continuação da passagem por esse local até aos dias de hoje!

Assim, confrontando a Fig. 5, verifica-se que há uma coincidência de traçado entre *Igaeditania* e *Conimbriga* e as vias V6 e V6a da área em estudo; do mesmo modo, entre *Ebora* e Bobadela, que poderia corresponder às vias e suas variantes V4 ou V4a (Gavião), parte da VI, VIa e a V7 que lhe fica paralela; entre *Scallabis* e *Igaeditania*, em que o traçado corres-ponde perfeitamente ao da V5; entre *Conimbriga* e *Emerita*, correspondendo a uma estrada não rastreada mas cruzando com a V5 (no rio Ocreza) e em parte do traçado da VI, a partir de Pedrógão Pequeno; entre *Emerita* e *Seilium*, correspondendo parcialmente ao traçado da V3, com passagem no Zêzere, abaixo do Porto de Caíns, onde suspeitamos da existência de uma passagem referenciada em documentos históricos; entre *Seilium* e *Igaeditania*, correspon-dendo na perfeição ao traçado da V2; entre *Abelterium* e *Conimbriga* correspondendo ao tra-çado da VI e VIc ou da que lhe está paralela, ou seja, a V4; entre *Ebora* e *Conimbriga*, corres-pondendo a parte da V3a ou da VII que lhe corre paralela.

Uma das evidências que saltaram aos olhos, ao longo dos meses de prospecção que se foram efectuando no terreno, foi a existência de vias antigas que se foram detectando um pouco por todo o lado.

Temos consciência de que nem todas serão vias romanas, pois a maior parte delas foram utilizadas até meados do século XX. Porém, conjugando essas vias com o povoa-mento antigo e com os documentos medievais, verifica-se que algumas delas poderão ser muito antigas.

Poderiam alguns investigadores desconfiar de tão grande número de vias. Poderiam objectar que muitas delas podem não ser assim tão antigas, dado que os transportes de carro puxados por bois ou mulas eram os mais usuais até há poucas décadas. Não deixámos de ter isso em conta e procurámos destrinçar o que é recente do que é antigo. É preciso ter em conta que estamos a estudar um período de tempo que medeia entre o Bronze Final e o Baixo Império, representando cerca de 1500 anos. Em 1500 anos, certamente que muitas estradas se degradaram, deixando de ser utilizadas, muitas foram criadas em sua substituição, muitas

só foram desactivadas em determinados troços mais problemáticos e muitas foram continuamente utilizadas até aos nossos dias.

As vias detectadas não são mais do que sulcos escavados no xisto, existindo por vezes vários sulcos paralelos onde a passagem se tornava mais difícil. Outras vezes, o uso continuado desse caminho escavou a estrada profundamente no solo. Outras vezes (zonas de terraços fluviais), a sua passagem não deixou marcas, sendo difíceis de detectar. Em outras situações, existem divertículos ou soluções alternativas; perante um cabeço íngreme é frequente encontrar sulcos rodeando o cabeço por ambos os lados. Se é certo que nalguns pontos mais problemáticos, como sejam ladeiras, zonas alagadiças e entradas e saídas de pontes, por vezes se encontram lajeados, não se encontram as famosas vias largas com várias camadas de piso. O mais frequente é uma via de cerca de 1,2/1,4 m de largura, composta pelos sulcos das rodas e muito frequentemente profundamente escavada no solo. Mas este é um processo dinâmico e pouco intencional. Com efeito, não se notam trabalhos de arranjo das estradas. É a passagem dos carros que erosiona o terreno e onde ele é mais mole cria trincheiras que impressionam pela sua profundidade. É frequente encontrá-las nas subidas em terrenos de xisto ou de terraço fluvial. Isso já não acontece quando a via atravessa um maciço quartzítico.

O facto de estarmos numa zona montanhosa pertencente ao complexo xisto-graváquico, onde os solos são esqueléticos e onde os trabalhos agrícolas e florestais não foram intensivos até há poucas décadas, permitiu preservar muitos destes traçados que, nalguns casos, se podem seguir durante dezenas de quilómetros. Situação diferente se encontra em outros pontos do país. Por exemplo, o Alentejo, intensamente agricultado, tem feito desaparecer muitos destes traçados antigos. Por vezes, onde a estrada passou sobre rocha, ainda permanecem traços da sua passagem.

Mesmo nesta zona, existem áreas onde são difíceis de detectar. A sua passagem no meio de povoações, rodeadas de campos agrícolas, apagam frequentemente os seus vestígios. Por outro lado, o asfaltamento de arruamentos e a terraplanagem de caminhos nas imediações têm também feito desaparecer muitos desses traçados. Apesar de tudo, muitas das vezes, a configuração das aldeias e povoações, permite “ver” a passagem de uma via antiga pelo seu interior, normalmente uma rua estreita mas direita, com casas de um lado e do outro, normalmente as mais antigas da povoação. Acreditamos que muitas destas vias existiam já desde épocas bem recuadas. Aqui cingimo-nos ao Bronze Final, dado que os períodos do Neolítico e do Calcolítico têm pouca expressão na zona em estudo e o âmbito da tese não chega tão longe. A sua permanência na paisagem, como marca indelével, é consistente, dado que estamos a falar de zonas montanhosas que poucas alterações paisagísticas sofreram ao longo de vários milénios, a não ser fenómenos de erosão dos solos. A sua alteração é muito recente e deve-se fundamentalmente à cobertura destas zonas com pinheiro bravo. A sua cultura é recente, como nos testemunharam em muitos locais. De há 200 anos para cá. Até aí a paisagem era constantemente denominada charneca, composta por mato arbustivo, pontuada de *quercus*, castanheiros e algum pinheiro manso. Mesmo a plantação dos pinheiros bravos, com que esta zona hoje está completamente coberta, dando origem a uma das maiores manchas de pinhal da Europa, não se fazia com grandes alterações da paisagem. Quer por não haver meios para revolver os solos rochosos, quer porque o pinheiro se espalhava espontaneamente, sendo desbastado regularmente para que pudesse vingar. É frequente observar-se no meio dos sulcos das vias antigas pinheiros de grande porte que aí nasceram.

A grande destruição e revolvimento do solo começou com as plantações de eucaliptos e o uso de poderosas máquinas para revolverem o solo. O grande perigo está aí: a erradicação

destes ténues vestígios, bem como das estações arqueológicas que se encontram ao longo destas vias. Frequentemente observámos, ao seguir o traçado de uma via, que ela desaparecia completamente em zona de eucaliptos, reaparecendo de seguida nas zonas onde existe o cultivo tradicional de pinheiro.

Por outro lado, os documentos, especialmente os medievais, dão uma ajuda importante na definição dos traçados mais antigos, pois se um documento do século XII refere uma estrada, normalmente esta já existiria em época romana. Muitas das extremas dos concelhos que estudámos estão traçadas por estradas muito antigas que já ali existiam.

Os achados monetários (especialmente os tesouros republicanos e os tesouros do século III d.C.) são também auxiliares preciosos para a definição de eixos viários.

As mais antigas parecem ter preferido as linhas de festo em vez das zonas baixas e alagadiças. A maior parte das que estudámos estão nesta situação. Alguns troços ou divertículos também se fazem por zonas baixas e alagadiças, mas essas são geralmente mais tardias e prendem-se directamente com o povoamento romano que se foi instalando nos vales mais férteis. Face ao que aprendemos na área, temos tendência para não concordar com Vasco Mantas, que é de opinião que as vias romanas (...) *seguiram primordialmente pelos planaltos e pelos vales com poucas alterações de nível, procurando evitar simultaneamente os cumes e quando possível as rampas de grande inclinação* (...) (Mantas, 1996, p. 68) e para concordar com Albert Grenier que diz que (...) *Les voies romaines, d'une façon générale, évitent ainsi les vallons, les rivières et les bas-fonds* (...) (Grenier, 1934, p. 182).

De qualquer das formas não parecem ter sido grandes vias por excelência, balizadas por marcos miliários. Parecem ter sido vias de recurso, paralelas a outras que caminhavam no mesmo sentido, mas pela zona mais ocidental do país. De qualquer das formas, encurtavam substancialmente a distância entre estas várias cidades romanas.

A ausência de marcos miliários não lhes retira importância, se tivermos em conta que atravessam uma zona, ao tempo dos romanos, bastante inóspita. Como ensina Vasco Mantas, se a colocação de marcos miliários é muitas das vezes um programa levado a cabo pelas capitais de *civitates*, a ausência deles nesta zona torna-se clara pela ausência das mesmas na região, especialmente a metade norte, já que na metade sul foram encontrados alguns fragmentos, postos em encruzilhadas (Casal da Senhora da Graça) ou no interior dos *vici* e aldeias mais importantes (cf. Capítulo VIII). Vasco Mantas apresenta uma situação não muito diferente, em que uma via importante pode não ter marcos miliários senão de tantas em tantas milhas (Mantas, 1996, p. 268).

No troço entre Amêndoa e a Ponte dos Três Concelhos, a existência de marcos da Ordem do Hospital estão colocados mais ou menos à distância de 1500 m, o que corresponde, *grosso modo*, à milha romana. Estes marcos apresentam-se como grandes lajes de xisto ovaladas colocadas ao alto. Dizemos que são da Ordem do Hospital por neles ter sido gravada a respectiva cruz. Porém, tanto os marcos desta ordem como dos Templários e da de Cristo costumam ser quadrangulares, pouco espessos e baixos, como pude observar em diversos locais. Estas pedras, colocadas ao longo de uma via romana, de milha em milha, não são, no entanto, marcos miliários. Poderiam ter servido como miliários com as milhas pintadas ou então sem qualquer tipo de indicação miliária. Na Bretanha francesa é frequente a existência deste tipo de pedras balizando vias romanas; muitos deles são ou foram aí colocados por populações da Idade do Ferro, dado a maior parte dessas vias serem caminhos ou estradas indígenas, arrançadas pelos romanos para servirem os seus propósitos (Grenier, 1934, p. 74-79). No caso da nossa via e da região que atravessa, existem vários povoados indígenas e a própria via faz a ligação entre diversos povoados com ocupação desde o Bronze Final à Idade do Ferro.

10.7 Explorações mineiras

Em primeiro lugar, convém esclarecer o significado de “conheira”, que não aparece referido em mais nenhum lugar. O termo mais frequente é o de *corta*. Esse termo é desconhecido nesta região, mas trata-se do mesmo tipo de exploração.

A conheira é, pois, o aglomerado de grandes e pequenos seixos deixados para trás pelos mineiros, em grandes montanhas de “conhos”, sendo retiradas as areias e pequenos seixos para serem lavados e fazerem a separação do minério. O termo provém do latim *cos, cotis* que significa seixo. O termo fixou-se na região, certamente por influência romana, no nome das ribeiras de Codes e Codegoso e na linguagem popular, nos termos *conho* e *conheira*.

A mineração dos vários terraços fluviais explanados no Capítulo IX convida a uma reflexão sobre a temática. Já foi referido o facto de os poucos achados em conheiras serem um obstáculo à sua correcta datação e inserção cronológica. De qualquer das formas, alguns indícios dão pistas para uma futura investigação, utilizando outras metodologias que possam potenciar o achado de materiais e detecção de estações arqueológicas. Um dos métodos será a prospecção sistemática de toda as áreas com terraços fluviais, com especial incidência na Ribeira de Codes, pois é o local de maior mineração. Outro método será a utilização de um detector de metais, não como método para achar peças, mas para fazer uma cartografia de concentração de materiais que possam, numa segunda fase, através de escavações arqueológicas, esclarecer algumas das dúvidas mais pertinentes.

Enquanto isso não acontece, façamos o balanço possível quanto à cronologia das conheiras.

Verificou-se que em algumas conheiras, quer por cima, dentro ou nas redondezas, apareceram alguns materiais e estruturas cuja inserção no período calcolítico não oferece muitas dúvidas. Apesar de termos referido que a existência do calcolítico é raro na zona em estudo, o aparecimento de materiais deste período pode efectivamente estar ligado à mineração dos terraços fluviais, pois tratando-se de uma das maneiras mais económicas de obter metais, em especial o ouro, a sua exploração não seria desprezada pelos homens pré-históricos. Assim, existe uma anta no interior de uma conheira (Montes Negros) (105) e uma anta que foi escavada perto de outra conheira (Chãs da Conheira) (239). Ainda perto desta conheira, recolhemos alguns materiais cerâmicos de feição manual. Por cima da frente de trabalho da Conheira da Ladeira (101), também recolhemos algum sílex e cerâmica manual. No amplo cabeço, por cima da Conheira do Maxial (174), existe o único povoado aberto calcolítico de toda a área.

No que toca à Idade do Bronze Final, apesar de não termos recolhido qualquer tipo de materiais junto às conheiras, a sua proximidade com muitos destes povoados fortificados faz-nos pensar que a sua exploração se deve ter efectuado também no Bronze Final. Estão nesta situação a conheira da Várzea do Pedro Mouro (029), com o povoado situado do outro lado do rio (Serra do Castelo); a conheira de Dornes (032), com o castro de Dornes; a Conheira do Trísio (035), com o povoado fortificado do Cerro do Castelo; o Castelo Velho do Caratão, com a conheira do Castelo Velho do Caratão (144) e a Conheira da Lagoa (145).

Se estendermos esta relação a povoados que estão um pouco mais afastados das conheiras (4 a 6 km) poderíamos ainda incluir Santa Maria Madalena ligada às conheiras do Almegue (030) e Sambado (031) e do outro lado do rio às da Foz da Ribeira de Alge (039) e Ribeiro do Moinho Velho (040); São Pedro do Castro ligado à exploração das conheiras do Codes; Pedreira ligada à exploração das conheiras não catalogadas da Barca de Rio de Moinhos e o Castelo de Abrantes ligado à exploração destas e de outras que existem um pouco mais a montante.

Da Idade do Ferro não temos, em absoluto, nenhum indício de exploração de terraços aluvionares, senão a proximidade. A única peça que poderia ser incluída neste período, bem

como no Calcolítico e na Idade do Bronze, é um disco de xisto com perfuração central bicónica que apareceu na Conheira dos Castelejos (093).

A maior parte delas teriam sido exploradas em época romana. Apesar dos escassos dados materiais recolhidos nelas e da existência de muros feitos com conhos dentro e na periferia das conheiras, é muito pouco o que se conhece para provar a sua exploração por romanos. Acresce ainda que alguns destes muros foram feitos em época recente, para reconversão de alguns espaços das conheiras em hortas, pelo que se recomenda prudência na avaliação do que é antigo e do que é moderno. Aparecem também estruturas quadrangulares isoladas, em grupo, dentro e fora das conheiras, que tanto podem ser interpretadas como palheiros ou como habitações mineiras. Dado não aparecerem nem materiais nem telhas, a sua inserção cronológica é actualmente muito difícil.

Não parece haver muitas dúvidas de que, para explorar terraços fluviais da forma organizada como estamos a verificar, só uma organização como a romana poderia ser eficaz. O principal problema é que os vestígios de romanos não são muitos abundantes nesta zona, o que não acontece em outras zonas mineiras e com explorações semelhantes, com sejam Las Medulas e Três Minas. Claude Domergue não tem dúvidas em atribuir aos romanos a exploração das conheiras do Milreu, embora não tenha dados precisos que o comprovem. O mesmo se passa com Sánchez-Palencia (1989, p. 9, 45-46).

De época romana existem algumas tégulas na Conheira da Matagosa (em frente do Milreu) (176) e há pouco tempo apareceu uma lança com as iniciais · M · A · F ·, na Conheira dos Touros (a ocidente do Milreu) (075). Para além disto, apareceu um disco de xisto com perfuração bicónica central, na Conheira dos Castelejos (093), mas a sua amplitude cronológica é tão vasta que nos é difícil optar por uma data; aparecem assim referenciados no Calcolítico, Idade do Ferro e Romano. Na Conheira da Lagoa foram achados escória de cobre e um lingote de chumbo (Pereira, 1970, p. 216-217). Para além destes, existem testemunhos indirectos, como sejam os dos populares ou da parca bibliografia existente que nos falam de potes com cinzas achados em algumas conheiras. Porém, a sua destruição ou não recolha inviabilizam a sua análise e a determinação da época a que pertencem.

Existe um problema que ainda não está solucionado, no que diz respeito ao conhecimento aprofundado da região. Apesar de termos efectuado o levantamento arqueológico do concelho de Vila de Rei, reconhecemos que a zona das conheiras necessita de uma prospecção sistemática, para encontrar eventuais estruturas e materiais que nos possam dar pistas quanto aos mineiros que ali laboraram. Na região existem vários estabelecimentos romanos, mas não podemos estabelecer uma relação directa entre estes e as explorações aluvionares. A zona de Cardigos e Amêndoa (10 km a leste) é rica em vestígios romanos, bem como São Pedro do Castro (10 km a oeste).

Entretanto, alguns elementos permitem tirar ilações interessantes, mas que não se podem provar. As iniciais que apareceram na lança têm um paralelo em *Marcus Aurelius Firmus*, liberto imperial e *procurator metallorum* para a exploração de minas do mesmo tipo, na região de Valduerna (noroeste da Península Ibérica) em 191 d.C. (Domergue, 1990, p. 297-298). Normalmente, estas pequenas explorações eram vigiadas por pequenas unidades de soldados que mantinham a ordem e preveniam os roubos.

Perto de Belver (a 20 km desta região) apareceu uma inscrição de um cluniense. A região é rica em ouro e existem várias minas de filão. Em Três Minas recolheram-se cinco inscrições mencionando clunienses (Alarcão, 1988a, p. 126). Não é impossível que mineiros dessa zona para aqui tivessem emigrado para explorar ouro.

Por outro lado, os Romanos eram conhecedores da região do Tejo e do ouro que nele existia. A expressão *Aurifer Tagus*, de Catulo, tornou-se recorrente em toda a Antiguidade.

Conheciam também os seus afluentes, a navegabilidade de alguns deles e sabiam que eles também transportavam ouro (Fernández Nieto, 1970-1971, p. 245, 251 e 255).

O próprio nome de Milreu, tantas vezes associado a vestígios de época romana, é sintomático. Estamos em crer que por baixo da aldeia do Milreu poderão existir vestígios arqueológicos capazes de fazer luz sobre as explorações aluvionares.

Esta problemática remete-nos para a questão de saber quem seriam os seus agentes. Pelo que foi verificado, as explorações de filão parecem ser pequenas minas associadas a pequenos povoados mineiros. Poderiam elas terem sido exploradas por sociedades mineiras que pagariam impostos ao Estado Romano? No estado actual de conhecimento é prematuro avançar hipóteses para além destas considerações.

Por outro lado, a presença de uma lança com iniciais romanas significaria que a exploração dos terraços fluviais do Codes era uma empresa estatal, controlada por um pequeno exército? A ser assim, onde se encontraria o seu acampamento ou o seu forte? Não foi encontrado qualquer vestígio que aponte nesse sentido. Poderia São Pedro do Castro ter servido como base militar? Apesar de alguns autores terem interpretado a inscrição funerária de Andamo como sendo de um *miles*, o que é facto é que a antropónimo das cinco inscrições do castro não parece apontar nesse sentido (Gimeno et al., 1999, p. 105-III).

O Vale do Junco tem sido interpretado como uma *villa* ou como um *vicus* e até mesmo com a cidade romana de *Aritium Vetus*. A pesquisa que efectuámos na bibliografia da estação arqueológica, a realocização da estação, com todos os dados compilados, apontam-nos várias anacronias nas explicações que são dadas para esta estação. Com efeito, a localização de uma enorme exploração aluvionar, mesmo na base da estação, muda a configuração da estação. Os investigadores que a escavaram encontraram uma ferraria onde foram encontradas várias ferramentas em ferro que bem poderiam ter servido para a exploração da conheira. Por outro lado, a existência de um balneário, aliada à grande dimensão da estação (cerca de 2 ha) faz-nos pensar que se poderia tratar de um povoado mineiro de grandes dimensões especializado na exploração do ouro aluvionar. Neste caso, poderia ou seria mesmo uma exploração estatal?

O rastreio das estações arqueológicas revelou a existência de um número significativo de estações arqueológicas que inserimos no período tardo-romano/visigótico próximo das conheiras. A sua presença perto das conheiras toma o mesmo significado que os povoados junto das conheiras. Apesar de não os podermos relacionar directamente com a exploração mineira, a sua probabilidade é grande. Só no caso da Conheira do Maxial encontrámos *imbrices* toscos de feição alto-medieval dentro da conheira e por cima de uma das frentes de trabalho. Numa outra (Pincho), cujas cerâmicas datámos de época visigótica sem hesitações, existia uma área com escórias que me foram indicadas por Álvaro Batista. Infelizmente, o matagal enorme não deixou observar e caracterizar esta estação, pelo que foi sumariamente incluída na estação anterior.

Estas estações são pequenos casais onde é difícil encontrar cerâmicas, compostas essencialmente por *imbrices* toscos e alguns *dolia*. A sua presença junto das conheiras é admissível se tivermos em conta o apreço que os povos germânicos tinham pelo ouro quer em adornos quer nas suas emissões monetárias.

Poderíamos colocar ainda a sua exploração na Idade Média, mas não temos quaisquer dados que nos levem a pensar nisso. Pelo contrário, existiu mesmo uma povoação chamada Conheira que no nosso trabalho é a Conheira do Maxial (174), cujo topónimo já aparecia em documentos medievais do século XII (informação de Filomena Gaspar). Mesmo para a época moderna faltam elementos caracterizadores. Na época contemporânea já vimos que não foram exploradas. A existência de referências a conheiras nas *Memórias Paroquiais de 1758*,

como sendo muito antigas (Félix, 1968, p. 673) diz-nos que não foram exploradas nos séculos mais próximos.

No total, calculando por baixo, as conheiras existentes na região apresentam uma área escavada que ronda os 38 000 000 m³. Por desconhecimento dos teores do ouro das zonas do rio Ocreza e Zêzere, não é possível apresentar cálculos para estas áreas. Porém, existem algumas análises efectuadas por Adalberto Carvalho nas conheiras do Codes e no rio Tejo (Sánchez-Palencia, 1989, p. 45-47), as quais representam volumes de 4 300 000 m³ e 27 000 000 m³, respectivamente.

Como foi referido, as conheiras detectadas nas margens do rio Tejo não representam a totalidade das que podem existir ainda, disfarçadas ou transformadas em campos de cultura. Para as que constam deste catálogo e atendendo a que Adalberto Carvalho dava teores de 287,8 mg/m³ para as da Quinta da Gorda e 22,6 para as de Ortiga e Alvega, e estabelecendo a média de 155 mg/m³, poderiam ter sido dali retirados cerca de 660 kg de ouro.

A Ribeira de Codes é uma das zonas mineiras mais referida pelos autores que se dedicam a este tema, mas a que é mais desconhecida em termos de estudos sistemáticos.

Segundo as análises do referido autor, no meio metro acima da rocha, os teores eram de 200 mg de ouro por m³ e a zona superior continha teores entre 2 e 80 mg (Sánchez-Palencia, 1989, p. 39, 45 e 46). Se estabelecermos uma média de 140 mg por m³, poderiam ter sido extraídos dali cerca de 3,5 toneladas de ouro.

No que respeita ao estanho, é provável que ele também tivesse sido recolhido nas areias do Zêzere. Com efeito, na zona de Belmonte, as aluviões de estanho parecem ter sido exploradas pelos romanos, pois foram achadas muitas moedas romanas do século I d.C. (Allan, 1965, p. 19).

E, na região, há exemplos da exploração provável de estanho (Batata et al., 2000a, p. 28) por parte de habitantes de um povoado que tem ocupação do Bronze Final, Idade do Ferro e época romana — São Pedro do Castro — e também de minas de ferro que poderiam ter sido exploradas na Antiguidade.

Apesar dos escassos dados, e pelo facto de, à partida, termos de ter em conta que as posteriores explorações efectuadas pelos Romanos terão destruído grande parte dos vestígios das épocas anteriores, como se observa no resto da Península Ibérica, o tema ainda está longe de estar esgotado, podendo ser potenciados vários aspectos ligados com a mineração.

Em primeiro lugar, tal como fizemos com as cartas arqueológicas, é preciso começar pela base, e efectuar o cadastro de todas as explorações aluvionares, bem como das diversas minas de filão que existem neste vasto território.

A prospecção sistemática de todos estes locais poderá revelar materiais e estruturas mineiras que eventualmente tenham escapado à exploração romana. Para este último período, o problema não se põe, dado que ainda são visíveis grandes trabalhos efectuados, obedecendo a todo o conjunto de técnicas desenvolvidas pelos romanos na exploração aluvionar. Com efeito, são ainda visíveis canais, barragens, lagoas, valas de escoamento ligadas aos métodos tidos como romanos.

A escavação de povoados está a revelar dados sobre a metalurgia aí efectuada, o que poderá contribuir, através da análise de cadinhos, escórias, pingos de fundição, etc, para o conhecimento das ligas metálicas de que são compostos e relacioná-los com as jazidas existentes na região, de forma a obter informações sobre a origem desses minérios.

10.8 Administração romana da área

Qual seria o estatuto administrativo da área em estudo? Não foram encontrados quaisquer documentos epigráficos, *termini augustales* ou localidade romana com dimensões suficientes ou importância que determinasse ali ter existido uma capital de *civitas*.

Como verificámos ao longo destas páginas, existe nesta área uma forte presença indígena que vem desde o Bronze Final. Estamos, afinal, em plena área lusitana, como demonstram os antropónimos existentes na zona (cf. Capítulo VII). Constatámos a existência de 33 antropónimos indígenas contra 14 de origem romana. Destes, apenas quatro são romanos de pleno direito (*tria nomina*), sendo os restantes indígenas romanizados. Destes quatro, um deles não é originário da área, tendo vindo de Clúnia, provavelmente para dirigir uma exploração mineira. Como se está a ver, mesmo em plena época romana, a maior parte da população que vivia na área era indígena.

Em termos materiais verificou-se que há uma grande sobrevivência da “cultura” indígena durante o Império Romano, que se traduz no particularismo dos bastões de comando, na ruralidade dos seus aglomerados urbanos *versus* a urbanidade dos romanos, e na pobreza da sua cultura material.

Certamente que existirão outros factores que terão condicionado a fraca penetração da civilização romana neste espaço montanhoso. Por um lado, trata-se de uma área montanhosa pouco atractiva do ponto de vista económico agrário. Como que a contradizer isso, existe grande quantidade de minas, muitas exploradas por romanos, mas certamente uma boa parte explorada por indígenas quer durante a Idade do Ferro quer durante a época romana.

Depois, teremos factores de ordem psicológica e social. Como é por demais sabido, os Lusitanos resistiram durante séculos à conquista do território. Mesmo depois de vencidos é natural que continuassem a demonstrar uma certa resistência passiva aos avanços civilizacionais dos romanos, através da afirmação da sua cultura. Os Lusitanos, como os descrevem as fontes clássicas, eram povos de montanha, mais aguerridos que as populações do sul, habituadas desde muito cedo a contactos com outras civilizações e mais urbanizadas. O desprezo demonstrado por Viriato, face aos ricos proprietários agrícolas do Ribatejo e do Alentejo (Alarcão, 1988a, p. 18), é sintomático da sua condição de povos de montanha.

Não seria de estranhar que esta zona não tivesse sofrido uma organização administrativa romana por todos estes factores. O texto da placa de bronze achada na zona de Alvega, onde é feita uma homenagem ao imperador Calígula por dois magistrados indígenas da cidade indígena de *Aritium Vetus* (Encarnação et al., 1982b, p. 23-26), demonstra a importância da região e o carácter que os Lusitanos ainda demonstravam face aos romanos, em inícios do século I d.C.

A existência de uma cidade, mesmo que indígena, pressupõe a existência de um território e a sua delimitação face a outras *civitates* existentes na zona. A ocidente a *civitas* de *Seilium* teria como fronteira oriental o rio Zêzere. Do lado oriental estaria a *civitas* de *Igaeditania* com limite ocidental pela Serra da Gardunha e Serra do Muradal (Alarcão, 1988b, p. 36).

Face ao povoamento indígena e romano rastreado (Fig. 4) é admissível que a fronteira norte da *civitas* de *Aritium Vetus* pudesse ir até ao Codes ou até Vila de Rei, onde a existência de uma fronteira natural de sentido noroeste-sudeste (Serra da Seada, Serra da Amêndoa e Serra de Envendos), corta e divide a área em estudo, do rio Zêzere ao Ocreza.

E quanto ao restante território para norte? Qual seria a sua natureza administrativa?

A partir daí a zona é muito montanhosa, ganhando em altitude à medida que nos aproximamos da Serra da Estrela, com um povoamento romano muito pouco concentrado.

É possível que a área, como já se disse, desprovida de interesse económico, fosse uma área livre, não inserida em nenhuma *civitas*. É certo que existiriam imensas minas em exploração e isso seria, certamente, interessante do ponto de vista económico. Mas aí o regime administrativo poderia ser diferente, mais ligado a coutos mineiros, quer de natureza estatal quer de natureza privada, mas pagando os impostos ao Império.